

Ata N.º	20/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	54

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 20/2014 DE 03 DE OUTUBRO

----- Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência, e a Sr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, Vereador em regime de não permanência, a pedido deste por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de janeiro, e 75/2013, de 12 de setembro, conforme comunicação escrita registada na Câmara Municipal em 02 de outubro de 2014, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pelo Assistente Técnico, Vitor Manuel Ferreira Marques. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia, foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) Processo do técnico superior Sérgio Tavares a correr seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Viseu.** -----

----- O Sr. Presidente, a propósito das declarações que terão sido produzidas por algumas testemunhas do técnico superior Sérgio Tavares na sessão de julgamento verificada no passado dia 29 de setembro, teceu algumas considerações, manifestando que todos têm as suas responsabilidades enquanto autarcas, e que considera graves e lamentáveis as afirmações que terão sido proferidas pelo Sr. Vereador Cristóvão Ferreira no seu depoimento, em que terá afirmado, inclusive, que o controlo de assiduidade na Câmara Municipal não existiria e que nessa matéria era tudo “à balda”. Mais disse o Sr. Presidente que tais afirmações são tão mais graves pelo facto daquele Sr. Vereador ter sido já trabalhador dos serviços administrativos e financeiros desta

Câmara Municipal no tempo em que esteve em mobilidade interna. Atendendo a esse facto e ao facto de ser natural e residente neste Município, ficou-lhe muito mal ter proferido tais afirmações acerca da entidade onde já trabalhou e que representou. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira respondeu ao Sr. Presidente, declarando não aceitar recomendações da sua parte, afirmando que no seu depoimento não disse nada do que o Sr. Presidente invocou, e se foi o advogado da Câmara Municipal, também funcionário da mesma, que lhe disse isso é mentira. Não prestou tais declarações. ----- Não tem nenhum problema de consciência, tendo-se limitado a exercer o seu dever enquanto testemunha de forma isenta. -----

----- **b) Biblioteca Municipal – Ponto de situação.** -----

----- A Sr.^a Vereadora Substituta Liliana Soares, inquiriu o Sr. Presidente sobre o ponto de situação da conclusão do edifício da Biblioteca Municipal, já que numa reunião anterior informou que a mesma seria concluída em agosto. -----

----- O Sr. Presidente informou que a parte da construção civil está praticamente concluída, estando prevista a conclusão definitiva da obra no final do corrente mês de outubro. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 - Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia dezanove de setembro do ano em curso**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Vereadores Cristóvão Ferreira Malhada e João Reis Paulo, por não terem estado presentes na reunião, aprovar o texto definitivo da ata. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **a) Execução da Obra de “Requalificação da Ex-EN323 Vila Nova de Paiva-Alhais”** (Processo n.º 264) – Procedimento de Concurso Público – Adjudicatário: MONTALVIA – Construtora, S.A. – Alteração do prazo de execução da obra. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Presidente da Câmara, datada de 02 de outubro de 2014, do seguinte teor integral: -----

"Considerando que:

a) Por deliberação da Câmara Municipal tomada na reunião extraordinária que teve lugar no dia 28 de Março de 2014, foi adjudicada a empreitada de “Requalificação da Ex-EN323 Vila Nova de Paiva-Alhais” (Processo n.º 264) ao concorrente classificado em primeiro lugar no procedimento de concurso público

Ata N.º	20/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	54

aberto para o efeito pelo Anúncio de Procedimento n.º 1.202/2014 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 47, de 7 de Março de 2014, sociedade MONTALVIA – Construtora, S.A., de Viseu, pelo preço contratual de € 664.275,10 (seiscentos e sessenta e quatro mil, duzentos e setenta e cinco euros e dez cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de seis por cento no montante de € 39.856,51 (trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos), o que totaliza € 704.131,61 (setecentos e quatro mil, cento e trinta e um euros e sessenta e um cêntimos), para um prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;

b) Na sequência da notificação da decisão de adjudicação, e comprovada a prestação de caução, em boa forma, no valor de € 66.427,51 (sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte e sete euros e cinquenta e um cêntimos), a favor do Município, correspondente a 10% do preço contratual, através da Garantia Bancária n.º GAR/14300538 prestada pelo Banco BPI, S.A., a Câmara Municipal, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 2 de maio de 2014, aprovou a minuta do contrato da empreitada.

c) Foram entretanto apresentados quatro projetos a cofinanciamento do Mais Centro – Programa Operacional Regional do Centro, entre os quais o projeto em apreço, cuja candidatura foi submetida em 28 de março de 2014, notada por MOU_2014_18_069_5642 – ID: 66955, com o código universal de operação CENTRO-09-MT50-FEDER-018069, tendo em 30 de junho sido recebida comunicação da Comissão Diretiva do Mais Centro, para efeitos de audiência prévia, com proposta de decisão de não admissibilidade da totalidade dos projetos em virtude do Município apresentar uma taxa de realização inferior a 60% no âmbito do Programa Operacional.

d) Tendo-se constatado que tal taxa de realização derivaria do projeto de “Construção do Centro Escolar de Vila Nova de Paiva” (operação CENTRO-09-ED44-FEDER-019006), cujo contrato de financiamento tinha sido celebrado em 27 de março de 2014, a Câmara Municipal, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 4 de julho de 2014, atenta às circunstâncias aduzidas e plasmadas na respetiva ata, autorizou a extinção do contrato da empreitada celebrado em 16 de abril de 2014, por revogação ao abrigo da alínea b), do art.º 330.º, e nos termos do art.º 331.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), tendo sido celebrado acordo de revogação com o adjudicatário em 18 de julho de 2014.

e) Em 9 de julho de 2014 foi remetido à Comissão Diretiva do Mais Centro o respetivo contraditório no âmbito da referida audiência prévia, dando conta

nomeadamente da revogação do contrato da empreitada da obra do Centro Escolar, vindo por fim aquela Comissão Diretiva notificar a Câmara Municipal, em 28 de julho, por ofício maiscentro 1.631/14, da não admissão das candidaturas, incluindo a obra em apreço, apesar das alegações, considerando que a condição de aceitação e admissão do beneficiário se reporta à data do encerramento do aviso de abertura de candidaturas (que foi em 31 de março de 2014), não podendo ser consideradas quaisquer alterações que se verifiquem depois dessa data, sob pena de alterar os pressupostos que serviram de base à apresentação, ou não, de candidaturas pelos demais municípios elegíveis ao PO Centro.

f) Entretanto estará para breve a abertura de novo concurso no âmbito do PO Centro, provavelmente no decorrer do corrente mês ou início do próximo, pelo que, para efeitos de apresentação de nova candidatura importa avançar com o processo contratual da empreitada da obra de “Requalificação da Ex-EN323 Vila Nova de Paiva-Alhais”, há muito ansiada pelas populações e que em muito melhorará a acessibilidade de veículos e pessoas entre a extinta Freguesia de Alhais e a sede do Município.

g) Em reunião havida nesta Câmara Municipal no dia 1 de outubro com o Representante do Adjudicatário da obra, estando também presentes responsáveis dos serviços municipais competentes, foi por aquele Representante assumido, face á dilação temporal já verificada, que a sua representada mantém integralmente a proposta e lista de preços unitários que serviram de base à avaliação das propostas e adjudicação da empreitada, bem como o compromisso de realização da obra no prazo de execução de 8 (oito) meses, inferior em quatro meses ao prazo inicial de execução, visto que, dispondo a sociedade de central de betão em município vizinho, e dadas as boas condições de operacionalidade do troço de estrada em causa, é perfeitamente admissível a redução do prazo de execução da obra.

h) O Representante do Adjudicatário apresentará nos próximos dias declaração formal dos compromissos assumidos, bem como dos documentos de habilitação atualizados, comprovativos de que a sociedade não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art.º 55.º do CCP, conforme suscitado no n.º ofício n.º 932/DTOU/SOM, de 1 de outubro, da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU).

i) De acordo com o n.º 4 do art.º 148.º do CCP, a decisão sobre a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final do Júri do Procedimento, nomeadamente para efeitos de adjudicação, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, que é a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva dado competir-lhe a

Ata N.º	20/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	54

decisão de autorização da despesa em conformidade com o art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere autorizar a manutenção da adjudicação da empreitada à firma MONTALVIA – Construtora, S.A., de Viseu, pelo preço contratual nos termos deliberados na reunião extraordinária da Câmara Municipal que teve lugar no dia 28 de Março de 2014, e autorizar a redução do prazo de execução da obra de um ano para oito meses."

----- DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta que antecede do Sr. Presidente. -----

----- DELIBERAÇÕES DIVERSAS -----

----- a) Aquisição de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para o ano de 2015 – Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes promovido pelo Conselho Intermunicipal da CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Decisão de contratar e decisão de escolha do procedimento. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Presidente da Câmara, datada de 26 de setembro de 2014, do seguinte teor integral: -----

"Considerando que:

a) Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro, foram extintas as tarifas reguladas de venda de energia elétrica a clientes com consumos em muito alta tensão (MAT), alta tensão (AT), média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN), ficando a respetiva venda submetida ao regime de preços livres. Conforme n.º 1 do art.º 6.º daquele diploma, tal significa que, após 31 de dezembro de 2011, os clientes com aqueles tipos de consumos deveriam passar a ser abastecidos no mercado liberalizado.

b) Os Municípios (apenas do território continental) teriam que estabelecer um novo contrato de concessão para o fornecimento do serviço de energia elétrica – quer para instalações, edifícios e iluminação pública – estando o estabelecimento desse contrato sujeito às normas da contratação pública previstas no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas.

c) O artigo 39.º, n.º 1, alínea a), do CCP, permite que as entidades adjudicantes referidas no artigo 2.º do mesmo Código (onde se contam

designadamente as autarquias locais), se agrupem com vista à formação de um contrato cuja execução seja do interesse de todas as entidades agrupadas.

d) Com o agrupamento de entidades adjudicantes, para além da simplificação processual dado haver um único procedimento de formação do contrato, pode resultar uma significativa redução de meios e de custos.

e) O Conselho Intermunicipal (CI) da CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, ciente dessas circunstâncias, em reunião realizada no passado dia 23 de setembro de 2014 aprovou por unanimidade um Protocolo para a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes envolvendo aquela CIMVDL e os catorze municípios associados, onde se inclui o Município de Vila Nova de Paiva, outorgado na mesma data, ficando designada a CIMVDL, para efeitos do estabelecido o n.º 2 do artigo 39.º do CCP, como Representante do Agrupamento, tendo em vista desencadear um procedimento conjunto para adjudicar o fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, por forma a satisfazer para o ano de 2015 as necessidades de energia elétrica das entidades adjudicantes agrupadas, designadamente para instalações, edifícios e iluminação pública.

f) Ficou estabelecido naquele Protocolo que as partes acordam para o efeito proceder ao lançamento de um único procedimento por concurso público, denominado «Concurso Público para aquisição de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as instalações dos municípios da CIM Viseu Dão Lafões e afins», nos termos do disposto no artigo 16.º, n.º 1, alínea b), 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea b), todos do CCP.

g) Importa assim dar início ao procedimento pré-contratual de formação do contrato para a aquisição de energia elétrica nos termos acordados no Protocolo de 23 de setembro de 2014 do Agrupamento de Entidades Adjudicantes, composta pelos Municípios da CIMVDL e afins, sendo que no caso do Município de Vila Nova de Paiva aquela despesa será dotada e cabimentada na rubrica orçamental respetiva, no montante necessário ao cumprimento do contrato a estabelecer pelo Município.

h) O n.º 3 do artigo 39.º do CCP estabelece que a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento, a decisão de qualificação dos candidatos e a decisão de adjudicação devem ser tomadas conjuntamente pelos órgãos competentes de todas as entidades adjudicantes que integram o agrupamento.

i) Face ao valor da despesa expectável com o fornecimento de energia elétrica em causa ao Município de Vila Nova de Paiva, compete à Câmara Municipal a decisão de autorização da despesa, como estabelece o art.º 18.º, n.º 1, alínea b), do

Ata N.º	20/2014
Livro N.º	Folha N.º
37	54

Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, estando implícita nesta competência a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento a que se referem, respetivamente, os artigos 36.º e 38.º do CCP.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 39.º do CCP:

1.º) Autorizar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 36.º do CCP, a contratação do fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal para satisfação no ano de 2015 de necessidades de energia elétrica de instalações, edifícios e iluminação pública do Município de Vila Nova de Paiva, no âmbito do Agrupamento de Entidades Adjudicantes referidas no supramencionado Protocolo, ficando a CIMVDL como Representante do Agrupamento.

2.º) Autorizar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 38.º do CCP, que o procedimento pré-contratual de formação do contrato para a execução da referido fornecimento de energia elétrica recaia na modalidade de Concurso Público ao abrigo da alínea b), do n.º 1, do art.º 20.º do CCP, com a tramitação decorrente dos artigos 130.º e seguintes do mesmo Código.

3.º) Dotar a respetiva rubrica orçamental, para o exercício económico de 2015, no montante necessário ao cumprimento do contrato a estabelecer pelo Município no âmbito do referido procedimento."

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta que antecede do Sr. Presidente. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira realçou a postura da CIMVDL esperando que se concretize noutras áreas. Espera também que, no caso do procedimento resultar uma poupança energética, que seja repensada a política de iluminação pública a médio prazo na área do Município. -----

----- **b) Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.,** da Senhora da Hora – Por requerimento registado em 08 de agosto, na qualidade de atual ocupante/arrendatária da parcela de terreno com 42 m2 sita no Lugar do Outeiro do Facho, na vila de Vila Nova de Paiva, onde se encontra instalada uma antena de telecomunicações (da agora NOS), conforme acordo vigente desde 2 de janeiro de 1999, com Aditamento celebrado em 1 de dezembro de 2011, solicitam a possibilidade de reavaliação da compensação/renda anual atualmente paga – Informação n.º 8/SF/2014, de 24 de setembro, da Divisão de Administração e Finanças. -----

----- O Executivo tomou conhecimento do requerimento da firma, no qual solicita a possibilidade de reavaliação da compensação/renda anual atualmente paga de € 3.702,00, passando para € 2.300,00, com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2014, pelo período de três anos, retomando o valor atual após esse período. Na Informação em epígrafe é dado conta nomeadamente, que já em novembro de 2011 foi superiormente autorizada a revisão do montante da compensação/renda, passando de € 4.356,36 para € 3.702,00, e que aquela compensação não é atualizada desde 1 de dezembro de 2012 por não ter sido aplicado o coeficiente de atualização aprovado pelo Governo para os arrendamentos não habitacionais como previsto no n.º 4 da cláusula 1.ª do Aditamento de 1 de dezembro de 2011. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade indeferir a pretensão da firma de redução da compensação/renda atualmente em vigor.-

----- O Sr. Vereador Cristóvão Ferreira justificou o seu voto, por entender que a redução pretendida é muito significativa, e o ofício da firma é evasivo e pouco ou nada fundamentado. -----

----- APROVAÇÃO EM MINUTA -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal da Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, onze horas e vinte minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente e por mim que a secretariei. -----

[illegible]